



PORTE PAGO

DR/SP

ISR - 40 - 3051/81

Diário Oficial

Estado de São Paulo

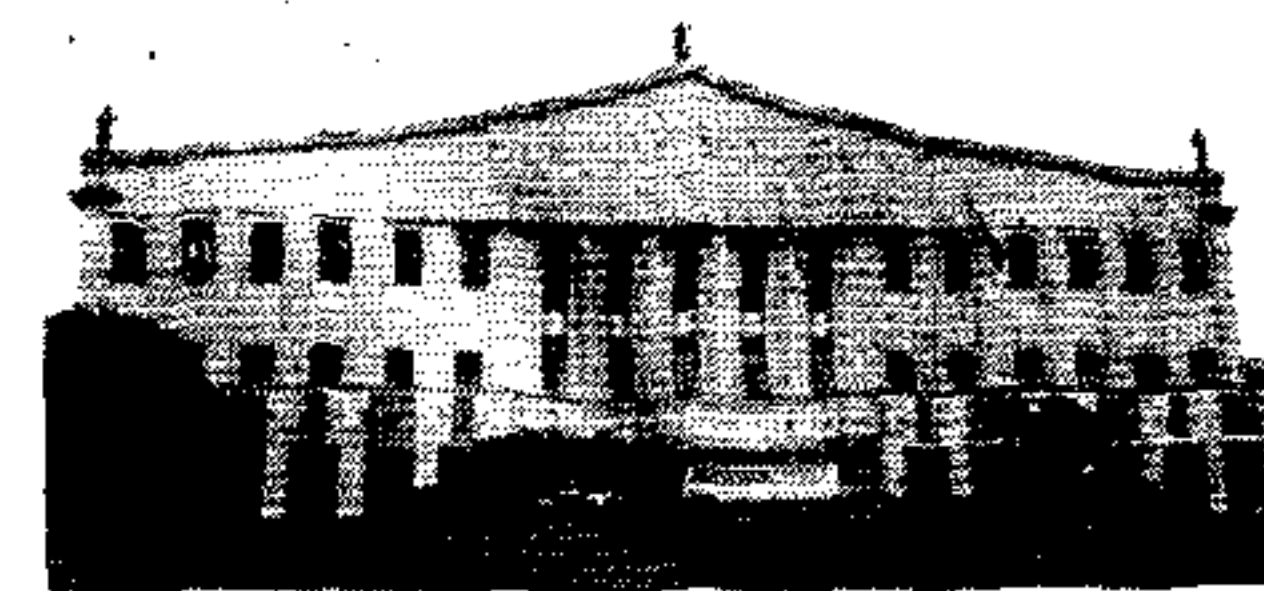
GOVERNADOR MÁRIO COVAS

Palácio dos Bandeirantes

Av. Morumbi, 4.500 - Morumbi - CEP 05698-900 - Fone: 845-3344

Poder Executivo

Seção I

<http://www.imesp.com.br>

Volume 108 • Número 71 • São Paulo, quarta-feira, 15 de abril de 1998

LEIS

LEI Nº 9.931, DE 13 DE ABRIL DE 1998

(Projeto de lei nº 60/97,
do deputado Caldini Crespo - PFL)

*Dá denominação a conjunto habitacional
situado em Sorocaba.*

Retificação do D.O. de 14-4-98

Artigo 1º - na 2ª linha

Onde se lê: Conjunto Habitacional D 1,

Leia-se: Conjunto Habitacional Sorocaba

D1,

DECRETOS

DECRETO Nº 43.036, DE 14 DE ABRIL DE 1998

*Aprova o Regulamento da Comissão de
Serviços Públicos de Energia - CSPE, criada
pela Lei Complementar nº 833, de 17 de
outubro de 1997*

MÁRIO COVAS, Governador do Estado de São
Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1º - Fica aprovado o Regulamento da
Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE,
criada pela Lei Complementar nº 833, de 17 de
outubro de 1997, constante do anexo que faz parte
integrante deste decreto.

Artigo 2º - Este decreto entrará em vigor na data
de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº
23.281 de 22 de fevereiro de 1985 e as demais
disposições em contrário.

SUMÁRIO

Esta edição, de 80 páginas, contém os
atos normativos e de interesse geral.

Casa Civil	4
Governo e Gestão Estratégica	4
Economia e Planejamento	4
Justiça e Defesa da Cidadania	4
Assistência e Desenvolvimento Social	5
Emprego e Relações do Trabalho	9
Segurança Pública	9
Administração Penitenciária	11
Fazenda	12
Agricultura e Abastecimento	14
Educação	15
Saúde	27
Energia	—
Transportes	30
Administração e Modernização do Serviço Público	30
Cultura	36
Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico	36
Esportes e Turismo	36
Habitação	36
Meio Ambiente	37
Procuradoria Geral do Estado	37
Transportes Metropolitanos	37
Recursos Hídricos, Saneamento Obras	38
Universidade de São Paulo	38
Universidade Estadual de Campinas	39
Universidade Estadual Paulista	42
Ministério Público	44
Editais	47
Mídia Eletrônica	48
Concursos	52
Diários dos Municípios	71
Partidos Políticos	—
Ministérios e Órgãos Federais	78

Palácio dos Bandeirantes, 14 de abril de 1998
MÁRIO COVAS
Angelo Andrea Matarazzo
Secretário de Energia
Fernando Leça
Secretário-Chefe da Casa Civil
Antonio Angarita
Secretário do Governo e Gestão Estratégica
Publicado na Secretaria de Estado do Governo e
Gestão Estratégica, aos 14 de abril de 1998.

ANEXO

a que se refere o artigo 1º do

Decreto nº 43.036, de 14 de abril de 1998

REGULAMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS
PÚBLICOS - CSPE

TÍTULO I

Da Entidade e de seus fins

Capítulo I

Da Entidade

Artigo 1º - A Comissão de Serviços Públicos de
Energia - CSPE, entidade autárquica, com sede e foro
na cidade de São Paulo, vinculada à Secretaria de
Estado de Energia sujeita-se, no que couber, às
disposições do Decreto-Lei Complementar nº 7, de 6
de novembro de 1969 e suas alterações e reger-se-á
pelas disposições da Lei Complementar nº 833, de 17
de outubro de 1997 e pelo disposto no presente
Regulamento.

Parágrafo único - A CSPE gozará dos privilégios,
imunidades, isenções e benefícios da Fazenda
Pública.

CAPÍTULO II

Das Finalidades

Artigo 2º - A CSPE terá por finalidade regular,
controlar e fiscalizar:

I - a qualidade do fornecimento dos serviços
públicos de energia;

II - os preços, tarifas e demais condições de
atendimento aos usuários de tais serviços.

§ 1º - Na realização das finalidades assinaladas
neste artigo, a CSPE reger-se-á pelas seguintes
diretrizes:

1. coibir a ocorrência de discriminação no uso e
acesso à energia;

2. proteger o consumidor no que respeita a
preços, continuidade e qualidade do fornecimento de
energia;

3. aplicar metodologias que proporcionem a
modicidade das tarifas;

4. assegurar à sociedade amplo acesso a
informações sobre a prestação dos serviços públicos
de energia e as atividades da CSPE, assim como a
publicidade das informações quanto à situação do
serviço e aos critérios de determinação das tarifas;

5. editar e divulgar relatório anual de suas
atividades.

§ 2º - Para a consecução de suas finalidades, a
CSPE poderá celebrar convênios com órgãos,
entidades da União, Estados e Municípios, referentes
aos serviços públicos de energia no Estado de São
Paulo.

CAPÍTULO III

Das Atribuições e Competências

Artigo 3º - Compete à CSPE:

I - cumprir e fazer cumprir, no Estado de São
Paulo, a legislação específica relacionada a energia;

II - regular, controlar e fiscalizar a geração,
produção, transmissão, transporte e distribuição de
energia, naquilo que lhe couber originariamente ou
por delegação;

III - fixar normas, recomendações técnicas e
procedimentos relativos aos serviços de energia;

IV - fazer observar, pelos concessionários de
geração, o funcionamento do sistema interligado no
Estado;

V - homologar contratos pertinentes à geração,
produção, transmissão, transporte e distribuição de
energia, celebrados pelos concessionários,
permissionários e autorizados, excepcionados os
contratos-padrão estabelecidos por normas técnicas e
comerciais;

VI - aprovar níveis e estruturas tarifárias e
homologar tarifas relativas aos serviços públicos de
energia, tendo por objetivo a modicidade das tarifas e
o equilíbrio econômico-financeiro das concessões e
permissões;

VII - promover e organizar licitações para outorga
de concessão ou permissão de serviços de energia;

VIII - encaminhar à autoridade competente
propostas de concessão, permissão ou autorização
de serviços de energia;

IX - propor à autoridade competente alteração
das condições e das áreas de concessão, permissão
ou autorização de serviços de energia, bem como a
extinção dos respectivos contratos, quando
necessário;

X - celebrar e expedir, por delegação dos poderes
competentes, respectivamente, contratos de
concessão e atos de outorga de permissão de
serviços de energia;

XI - autorizar a transferência e alteração do con-
trole acionário do concessionário, permissionário ou
autorizado;

XII - propor a intervenção, a declaração de
caducidade e encampação das concessões, nos casos
e condições previstos na legislação e nos contratos
de concessão;

XIII - propor à autoridade competente a
declaração de utilidade pública para fins de
desapropriação dos bens necessários a instalação
dos serviços de energia;

XIV - atuar no sentido de impedir práticas
abusivas contra os interesses dos usuários de
energia;

XV - moderar e dirimir conflitos de interesses,
relativos ao objeto das concessões, permissões e
autorizações, podendo se valer do apoio de peritos
técnicos especificamente designados;

XVI - promover audiências públicas de debates
previamente à aprovação de estruturas tarifárias e ao
início de procedimentos licitatórios relativos à
outorga de concessões e permissões de serviços de
energia bem como outras audiências públicas de
interesse da CSPE;

XVII - prestar serviços técnicos especializados
remunerados, sempre relacionados ao seu objeto e
que não conflitem com as suas atividades normativas
e fiscalizatórias;

XVIII - editar e divulgar relatório anual de suas
atividades;

XIX - praticar outros atos relacionados com sua
finalidade.

§ 1º - Para o exercício de suas atribuições ou das
que lhe forem delegadas, a CSPE deverá estimular,
participar, aplicar e acompanhar a pesquisa e o
desenvolvimento tecnológico, o uso de recursos
naturais e as ações ambientais.

§ 2º - No exercício de suas atribuições ou das que
lhe forem delegadas, a CSPE poderá aplicar as
sanções previstas na Lei federal nº 8.987, de 13 de
fevereiro de 1995, na Lei federal nº 9.074, de 7 de
julho de 1995, e na legislação específica relativa aos
serviços de energia.

§ 3º - Exceção feita ao previsto no inciso XI, artigo
23 da Constituição Federal, o exercício pela CSPE de
outras atribuições relativas aos serviços de energia
elétrica condiciona-se à celebração de convênios, nos
termos do disposto no § 2º, do artigo 2º deste
Regulamento e na Lei federal nº 9.427, de 26 de
dezembro de 1996.

§ 4º - A fiscalização das atividades de distribuição
de energia poderá ser executada pelos Municípios,
mediante convênios que celebrarem com a CSPE.

§ 5º - Para os fins do disposto no inciso VI deste
artigo, com vista ao equilíbrio econômico-financeiro
das concessões e permissões, deverão ser
consideradas taxas de remuneração compatíveis com
as praticadas no mercado para atividades
assemelhadas.

CAPÍTULO IV

Do Patrimônio e dos Recursos

Artigo 4º - O patrimônio da CSPE será constituído:
I - pelos bens e direitos que vier a adquirir a
qualquer título;

II - pelo saldo dos exercícios financeiros,
transferidos para sua conta patrimonial.

Parágrafo único - No caso de se extinguir a CSPE,
seus bens passarão a integrar o patrimônio do
Estado.

Artigo 5º - Constituirão recursos da CSPE:

I - dotações orçamentárias e créditos adicionais
originários do Tesouro do Estado;

II - subvenções, auxílios, doações, legados e
contribuições;

III - rendas resultantes da aplicação de bens e
valores patrimoniais;

IV - retribuição por serviços prestados conforme
estabelecido neste Regulamento;

V - produto da arrecadação da taxa de fisca-
lização;

VI - recursos provenientes de convênios, acordos
ou contratos celebrados com entidades, públicas ou
privadas, nacionais ou internacionais;

VII - valores de multas aplicadas nos termos da
legislação vigente e dos contratos;

VIII - outras receitas.

TÍTULO II

Da Estrutura e Organização

CAPÍTULO I

Da Estrutura

Artigo 6º - A CSPE terá a seguinte estrutura:

I - Conselho Deliberativo;

II - Comissariado, com:

a) Gabinete;

b) Grupo Técnico e de Concessões;

c) Grupo Comercial e de Tarifas;

d) Grupo Jurídico;

e) Centro Administrativo.

§ 1º - O Grupo Técnico e de Concessões e o
Grupo Comercial e de Tarifas têm nível de
Departamento Técnico.

§ 2º - O Centro Administrativo tem nível de
Divisão Técnica.

CAPÍTULO II

Do Conselho Deliberativo

SEÇÃO I

Da Composição do Conselho Deliberativo

Artigo 7º - O Conselho Deliberativo, órgão
superior da CSPE, terá a seguinte composição:

I - o Comissário-Geral;

II - 1 (um) representante da Fundação de Proteção
e Defesa do Consumidor - PROCON;

III - 1 (um) representante da sociedade civil,
indicado pelos Conselhos de Consumidores a que se
refere o artigo 13, da Lei federal nº 8.631, de 4 de
março de 1993;

IV - 2 (dois) representantes das empresas
prestadoras de serviços públicos de energia no
Estado, sendo uma das empresas de serviços locais
de gás canalizado e outro das empresas de energia
elétrica;

V - 2 (dois) representantes dos trabalhadores nas
empresas prestadoras de serviços públicos de
energia no Estado, sendo um das empresas de
serviços locais de gás canalizado e outro das
empresas de energia elétrica;

VI - 1 (um) representante dos servidores da CSPE;

VII - 1 (um) representante da Federação das
Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP;

VIII - 1 (um) representante da Federação do
Comércio do Estado de São Paulo - FCESP;

IX - 3 (três) membros de livre escolha do
Governador do Estado.

§ 1º - O Ministério de Minas e Energia e o
Ministério da Justiça serão convidados a indicar
representantes para acompanhar discussões, deli-
berações, atos e diligências do Conselho Deliberativo.

§ 2º - Os representantes referidos nos incisos II e
III serão escolhidos pelo Governador do Estado, em
listas tripartites encaminhadas à CSPE, pela Fundação
de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON e
pelos Conselhos de Consumidores.

§ 3º - Os representantes referidos nos incisos IV e
V serão indicados mediante processo eletivo a ser
organizado e realizado pelo Comissariado.

§ 4º - O representante referido no inciso VI será
eleito nos termos do § 2º do artigo 12 do Decreto-lei
Complementar nº 7, de 6 de novembro de 1969, com
a redação dada pela Lei Complementar nº 417, de 22
de outubro de 1985.

§ 5º - Os representantes referidos nos incisos VII e
VIII serão indicados pelos Dirigentes das respectivas
Entidades ali mencionadas.

§ 6º - Os membros do Conselho Deliberativo
serão designados pelo Governador do Estado, para
um mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma única
recondução.

§ 7º - O Conselho Deliberativo será renovado de 2
(dois) em 2 (dois) anos, alternadamente, por 6 (seis) e
7 (sete) treze avos.

SEÇÃO II

Das Competências do Conselho Deliberativo

Artigo 8º - Compete ao Conselho Deliberativo:

I - elaborar e aprovar o Regimento Interno da
CSPE, submetendo-o ao Governador do Estado, bem
como propor suas alterações, quando necessário;

II - fixar programa de atividades da CSPE para
cada exercício, orientando a gestão técnica e
administrativa quanto ao plano de trabalho e
utilização de recursos;